

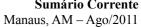
# REVISTA DE DIREITO PÚBLICO



### **SUMÁRIO**

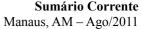
#### **DOUTRINA**

ARTIGOS	
O DIREITO ADMINISTRATIVO DO TERCEIRO SETOR: A APLICAÇÃO DO	) DIREITO
PÚBLICO ÀS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
Paulo Modesto	9
1 AS NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	0
2 O DIREITO ADMINISTRATIVO DO TERCEIRO	19
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS	DIREITOS
FUNDAMENTAIS	
Osvaldo Ferreira de Carvalho.	35
1 Introdução.	35
2 Formação e evolução histórica dos direitos fundamentais	
3 A positivação dos direitos sociais fundamentais	41
3.1 Os direitos sociais fundamentais nas Constituições brasileiras de 1934 a 1988	43
4 internacionalização dos direitos fundamentais.	46
4.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	51





5 Conclusão.	53
Referências	
PRECATÓRIOS: A EMENDA Nº 62/2009 E O DEVIDO PROCESSO LEGAL	
Daniela Olímpio de Oliveira	57
1 Introdução	
2 A execução contra a Fazenda Pública.	
2.1 Precatórios	
2.1.1 Débitos alimentícios.	
2.1.2 Maiores de 60 anos e portadores de doenças graves	
2.1.3 Requisições de pequeno valor	
2.2 A Emenda n° 62/2009	
2.2.1 O regime especial.	
3 O devido processo legal.	
3.1 A inconstitucionalidade da ementa.	
4 Conclusão	
Referências.	
LEI N° 12.349/2010 - AS LICITAÇÕES PÚBLICAS ASSUMEM O PAPEL DE INSTI	RUMENTO
IMPULSIONADOR DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL	
Cristina Barbosa Rodrigues.	101
A FLEXIBILIZAÇÃO DE NORMAS JURÍDICAS E O DIREITO URBANÍSTICO	
Andrea Teichmann Vizzoto	
1 Introdução.	
2 Os principios jurídicos, as diretrizes gerais de politica urbana e as normas urbanísticas.	
2.1 Natureza das normas urbanísticas	
3 A flexibilização de normas	
3.1 Flexibilização e desregulamentação	
4 Considerações	
Referências.	127
DEVIDO PROCESSO DA REGULAÇÃO: O ENCONTRO ENTRE O DIREITO FLE	VÍVELE A
	AGÊNCIAS
REGULADORAS	AGENCIAS
Marcelo Pires Torreão	129
1 O Direito Flexível na regulação.	
2 Breve histórico do processo e da identidade com a regulação	
3 O processo administrativo	
4 O Devido Processo da Regulação.	
5 Fundamentos econômicos para a defesa do Devido Processo da Regulação	
6 Fundamentos jurídicos para a defesa do Devido Processo da Regulação	
7 A estrutura do Devido Processo da Regulação	
Referências	





FEDERAÇÃO: É HORA DE INVERTER O ÔNUS ARGUMENTATIVO	
Cristiana De Santis M. de F. Mello	161
1 Federalismo, repartição de competências legislativas e interpretação	164
2 A posição do Supremo Tribunal Federal	168
A) Precedentes centralizadores	169
2.1 ADI n° 280 e Madeiras em tora	169
2.2 ADI n° 2.623-MC e ADI n° 2.624-MC- Plantio de eucalipto	169
2.3 ADI n° 3.049 - Inspeção de veículos.	170
2.4 ADI n° 3.323 - Vistoria anual de veiculo com mais de 15 anos	171
2.5 ADI n° 3.186 ~ Reclassificação de vias e multas de trânsito	171
2.6 ADI n° 3.444 - Parcelamento de multas de trânsito	
2.7 ADI n°'874 - Cinto de segurança em transporte público	
2.8 ADI n° 3.625 - Blitz e luz interna do veículo	
2.9 ADI n° 750-MC e ADI n° 3.645- Rótulo de produtos	
2.10 ADI n° 855 - Pesagem de botijão de gás	
2.11 ADI n° 2.752-MC - Serviço comunitário de quadra	
2.12 ADI n° 3.069 - Feriado local.	
B) Precedentes descentralizadores	
2.13 ADI n° 927-MC - Lei de Licitações	
2.14 ADI n° 2.359 - Marcas em botijões de gás	
2.15 ADI n° 1.980 - Informações sobre combustíveis	
2.16 ADI n° 3.774-MC - Idade mínima para ingresso nas forças militares	
2.17 Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	
3 Os valores ínsitos ao federalismo	
4 A vontade de Federação	
Conclusão	
Referências	196
OS PRINCÍPIOS, A REGRA E A ORDEM - UM EXERCÍCIO METÓDICO AP SOLUÇÃO DE UM CASO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO Gustavo Kaercher Loureiro	199
Primeira parte - Estabelecendo os passos	201
I Os fatos fundamentais para o entendimento da questão.	
II Encontrando um ponto de partida para tratar do caso	
III A estrutura da regra do edital e as questões que suscita: os passos argumentativos	
Segunda parte - Verificando a existência da competência (preenchimento do suporte fá	
do Edital)do	
IV O fato qualificante	
V Alteração do (no) interesse público	
Terceira parte - Verificando a correção do exercício da competência existente (	
discricionariedade por meio de um juízo de proporcionalidade)	
VI Admitindo que se possa revogar, 0 que se deve fazer? As circunstâncias do caso e	a construcão
do "interesse público total"	
VII Outras questões	



### JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

## ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
Regime remuneratório ~ Juiz federal - Equiparação constitucional —	Membros Ministério Público 7
Artigo 65 parágrafo 2° Lei Complementar 35/79 – LOMAN. Pedid	
22.2009.2.00.0000	257
ÍNDICE	271
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.	275